



PF e entidades defendem melhores regras para fiscalização da segurança privada no Brasil



Formado atualmente por 2.466 empresas especializadas, 4.788 carros-fortes, 703.150 vigilantes e 246.809 armas, segundo dados da Polícia Federal, o setor de segurança privada deu sua contribuição em audiência pública nessa sexta-feira (30/7) sobre as melhores práticas para assegurar a eficiência e a qualidade na prestação do serviço. O evento realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) visou promover a coleta do depoimento de autoridades e membros da sociedade para esclarecimentos técnicos e jurídicos sobre a segurança privada no Brasil e como o setor observa os direitos humanos.

São atividades de segurança privada: a vigilância patrimonial, o transporte de valores, a escolta armada e a segurança pessoal. Entre as 17 entidades habilitadas para a audiência, participaram os presidentes do Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica e Cursos de Formação do Estado de São Paulo (Sesvesp) e da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), João Eliezer Palhuca e José Boaventura Santos, respectivamente. Por

sua vez, os representantes da Polícia Federal, os delegados Licínio Nunes de Moraes Netto e Guilherme Lopes Maddarena, falaram como atuam na fiscalização.

O delegado Moraes Netto informou que o monopólio do uso da força é do Estado, portanto, a segurança privada é uma exceção a isso, com base legal no Código Penal e na Lei 7.102/1983, e está sob a responsabilidade da Polícia Federal, que deve regular, controlar e fiscalizar a atividade. Para uma empresa funcionar, são verificados requisitos como referentes à pessoa jurídica e aos sócios, equipamentos utilizados e aos profissionais contratados. As autorizações valem por um ano.

O descumprimento das normas pode acarretar advertência, multa, suspensão da autorização de funcionamento e cancelamento da autorização, com o consequente fechamento da empresa. “A segurança privada é uma atividade econômica lícita extremamente importante para a economia do país, geradora de empregos. E ela traz benefícios não apenas ao contratante daquela segurança privada, mas a toda a sociedade, inclusive na segurança de órgãos públicos.”

No último ano, foram canceladas autorizações de funcionamento de 200 empresas regulares. Segundo o delegado Maddarena, há investimento no curso de formação dos vigilantes. “A gente tem investido na qualificação dos profissionais e dos instrutores. Há o curso de formação, com disciplina específica para direitos humanos, que vai sempre sendo atualizado. E há outros cursos específicos, como armas não letais,

vigilância privada em grandes eventos etc.”

Fiscalização

O presidente do Sesvesp afirmou que a Polícia Federal tem atuado rigorosamente com as empresas, o que é positivo para o setor. “A Polícia Federal, através dos mecanismos que tem, pune as empresas, e as empresas veem nisso uma oportunidade de desenvolvimento. Falando como representante, as empresas de segurança querem ser fiscalizadas, porque assim elas exercem melhor o seu trabalho e assim, conseqüentemente, vão ganhar mais dinheiro”, disse João Eliezer Palhuca.

Segundo o presidente do CNTV, os trabalhadores têm muita disposição para melhorar sua qualificação, mas os resultados dependem de diretrizes claras. “Temos tido movimento contrário a isso. Recentemente, uma portaria [do Poder Executivo] foi editada permitindo curso à distância ou a reciclagem bianual dos vigilantes à distância, que, no nosso entendimento, é um equívoco.”

Para ele, é necessário modernizar a legislação e mudar a lógica da venda de serviço de segurança privada e da terceirização como mera venda de mão de obra. “Os trabalhadores estão dispostos a combater todas as formas de discriminação, de preconceito, de racismo, mas é preciso que esse compromisso seja assumido principalmente pelas empresas e por aqueles que contratam as empresas de segurança.”

Modernização legislativa

Os participantes concordaram ao apontar que o grande problema é a segurança privada clandestina, que não arrecada tributos para o Estado e gera trabalho informal, além de ser uma concorrência desleal e um impedimento ao crescimento do setor formal, com danos à imagem da segurança privada. O problema seria a ausência, na Lei 7.102/1983, de tipos penais e infrações administrativas próprias para as atividades de segurança privada clandestinas, o que dificulta a fiscalização, conforme aponta o delegado Moraes Netto. “A Polícia Federal faz uma atuação sobre elas, mas a gente não tem um embasamento legal forte para poder agir coercitivamente sobre as empresas.”

O delegado Maddarena citou atuação feita nas Lojas Americanas há alguns anos para que fossem contratados vigilantes regulares. A rede varejista entrou na Justiça e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) foi de que, se a segurança for desarmada, não precisa de controle da Polícia Federal. “Então, a gente tem uma necessidade importante de controle e de

uma legislação que nos ampare.”

Está em tramitação, no Senado Federal, o PLS 135/2010, já aprovado pela Câmara dos Deputados. “Esse projeto de lei é essencial para continuidade do desenvolvimento da segurança privada. Ele traz novas tecnologias, novas atividades, novos profissionais, novas formas de trabalho e, principalmente, novas formas de instrumento de combate à clandestinidade”, destacou Maddarena. O texto nasceu do trabalho conjunto dos órgãos públicos, entre os quais a Polícia Federal, associação dos trabalhadores, dos empresários e das instituições financeiras e atende não apenas os interesses setoriais, mas também o interesse social.

Palhuca reforçou que o PLS, conhecido como Estatuto da Segurança Privada, traz benefícios para a melhoria do serviço e que, se aprovado, a Polícia Federal terá uma ferramenta extraordinária para fiscalizar. “Teremos muito mais trabalhos positivos no campo dos direitos humanos. A maioria dos casos de abuso contra minorias é praticada por empresas clandestinas.”

O presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) concordou com a necessidade da modernização da legislação, “mas sem perder as suas referências, que é o controle centralizado e que é o controle estatal” para não haver retrocessos. Boaventura contou que iniciou seu trabalho no ramo da segurança antes da Lei n. 7.102/1983 e que havia controles estaduais, em alguns casos da própria polícia estadual e a própria polícia fazendo a segurança privada. “Conseqüentemente não abrimos mão desse controle nacional. Entendemos que essa legislação também deve manter e aprofundar o caráter civil da segurança privada.”

O coordenador do grupo de trabalho do CNJ sobre serviços de segurança privada, Mário Guerreiro, afirmou que o Conselho poderá contribuir para o debate da proposta legislativa por meio de notas técnicas sobre projetos de lei em andamento. “A questão da legislação já bastante velha e ultrapassada necessita realmente de uma evolução. Um dos produtos que podemos entregar a partir da audiência pública é uma nota técnica sobre aquilo que está sendo discutido no Congresso Nacional a respeito do tema. Claro que o CNJ gostaria de avançar nesse tema e entregar uma solução para a sociedade melhor do que aquela que temos hoje.”

Fonte: Agência CNJ de Notícias

Sem tempo a perder. É luta, união e mobilização!



A sua participação em nossas assembleias determina a vontade da categoria de alcançar novas e importantes vitórias.

Em breve estaremos iniciando mais uma Campanha Salarial e ela acontece sob os escombros provocados pela reforma trabalhista do governo Temer que fez um estrago danado em direitos e conquistas, atacou a organização sindical com o objetivo de enfraquecer a classe trabalhadora em suas demandas econômicas e sociais.

Além disso, a inflação está dando saltos olímpicos e chega aos quase 10%, afetando o poder de compra dos salários, pois os preços de alimentos básicos, gás de cozinha, luz, gasolina estão nas alturas, levando muitas famílias a uma situação de extrema pobreza.

É com este cenário desolador que iniciaremos nossa campanha salarial 2022 e isto, com certeza, não será motivo para nos intimidarmos ou sequer recuar em nossa luta. O enfrentamento e a resistência sempre foram nossos principais motivadores para conquistar e avançar e agora, não será diferente. Estaremos prontos para defender o que conquistamos com muita luta,

greves, negociações, atos públicos e passeatas e queremos avançar. Para isso, contamos com cada vigilante presente e fazendo a diferença no fortalecimento do Sindicato. Sindicato forte e categoria unida é a receita da vitória.

Estamos, como sempre estivemos, juntos.

TODOS E TODAS À ASSEMBLEIA GERAL DE DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA PAUTA DE REIVINDICAÇÕES

Mais uma vez, estamos iniciando a nossa Campanha Salarial com antecedência para que seja possível colocar todos os argumentos na mesa de negociação, mobilizando os vigilantes em cada etapa para construir uma campanha forte, corajosa e determinada a avançar nas conquistas e direitos. Teremos grandes desafios para os próximos meses a partir da entrega da Pauta de Reivindicações ao sindicato patronal.

A sua participação em nossas assembleias determina a vontade da categoria de alcançar novas e importantes vitórias. Quanto maior a assembleia, maior será a nossa capacidade de argumentação na mesa patronal.

Assembleia Geral

Dia: 18/09/2021 – Sábado – às 08h

Local: Auditório do SINDESV-DF

SDS Ed. Venâncio V – Cobertura

Pauta:

-Discussão e aprovação da Pauta de Reivindicações – Data-base 1º de Janeiro/2022;
-Assuntos Gerais.

PARTICIPE!

FONTE: SINDESV-DF

Trabalho social do diretor do SINDESV-DF e da CNTV, Gilvan Ferreira, é destaque no Globo Esporte



A Trabalho social realizado há 11 anos pelo diretor do Sindicato dos Vigilantes e da CNTV, Gilvan Ferreira.

Olha que maravilhoso o reconhecimento da imprensa e da comunidade ao trabalho realizado, há 11 anos, pelo diretor do Sindicato dos Vigilantes, Gilvan Ferreira. O seu trabalho social, no Paranoá, atende crianças, jovens e adultos na modalidade atletismo e muitos já conquistaram medalhas importantes, incentivando muitas crianças a declararem que

desejam seguir a carreira esportiva.

Além disso, é um trabalho social importante, tirando crianças e adolescentes das ruas e ainda oferecendo lanche aos atletas. Além de lutar bravamente em defesa das reivindicações da categoria, Gilvan é um vigilante que faz.

Veja reportagem do Globo Esporte DF transmitida no dia 7 de setembro de 2021

<https://sindesvdf.com.br/news/trabalho-social-do-diretor-do-sindesv-df-gilvan-ferreira-e-destaque-no-globo-esporte/>

CAMPANHA SALARIAL – HOJE O PROTESTO FOI NA MAP CONTRA A CHANTAGEM, O “MEDMORTE” E POR AUMENTO SALARIAL



A manhã desta quinta-feira, 09 de setembro foi de protesto diante da MAP em Lauro de Freitas. Com bandeiras, o Cospe Balas Contra Patrão Caloteiro (nosso carro de som), apitos, faixas e outros apetrechos denunciaremos a MAP (MÁQUINA DE MOER GENTE) e cobramos aumento salarial.

O Sindmetropolitano e o Sindvigilantes/BA denunciaram:

- Que o Plano de Saúde Medvida (Medmorte) é tão vagabundo que foi suspenso pela ANS, além de não atendimento, cancelamentos de consultas agendadas, dos descontos de co-participação ilegais, etc.;
- As faltas e descontos inventados para fazer caixa para a empresa ou para alguns bolsos;
- A falta de pagamento de horas extras (ilegais e não paga);
- A demissão de Vigilantes doentes;
- O Seguro de Vida que não respeita a lei e não indeniza família de vigilante morto por covid;
- O uniforme mulambento;
- O exame médico fajuto, de faz de conta;
- E muitas outras mazelas.

Aliás, na MAP tudo é o de pior qualidade (plano de saúde, seguro, ticket refeição,

uniforme, etc.)

Na MAP o dia-a-dia dos Vigilantes é denunciando os capatazes, os capitães do mato (caçadores de escravos).

REUNIÃO - Com o protesto a empresa recebeu os Sindicatos e já agendou reuniões para a próxima quinta-feira, 16, além de uma agenda de reuniões para discutir cada tema (doenças, plano de saúde, descontos

ilegais, etc.)

MAP TAMBÉM CHANTEGEIA E NEGA REAJUSTE

- Mas também denunciaremos a MAP por ser uma das líderes dos patrões chantagistas do sindicato patronal, que condiciona o reajuste dos salários a retiradas de conquistas e outras pautas contra os vigilantes (quebra da 12/36, reciclagem em dias alternados – trabalha num dia e faz o curso na folga, de graça – redução do valor do intervalo intrajornada, redução do valor do adicional noturno, banco de horas/banco ladrão, acordo ladrão – aquele que embolsa 20% da multa rescisória ou dos 40% do FGTS, etc.).

Nossa resposta continua sendo: NÃO A CHANTAGEM, REPOSIÇÃO E REAJUSTE SALARIAL, JÁ!

Na semana passada o protesto foi diante da Guardesecure.

Antes na Ceasa, contrato da Única, empresa do Presidente do sindicato patronal.

É assim que fazemos a luta: com coragem, firmeza, dedo-na-cara de patrão picareta.

É luta.

É Sindicato de luta, sem pelego, sem patrão!

FONTE: SINDVIGILANTES/BA

Sindsegur notifica empresas e órgãos por descumprimento da CCT



Nesta quinta-feira, 09 de setembro, representantes do Sindsegur notificaram diversos órgãos do estado e do município, além das empresas RN Segurança e DMB Vigilância por descumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT).

Primeiramente os diretores do nosso sindicato estiveram no Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA), para cobrar do gestor do contrato providências no pagamento dos salários dos vigilantes da DMB referente ao mês de agosto que estão atrasados.

Além disso, os representantes na nossa entidade também notificaram a Secretaria Municipal de Educação sobre os constantes atrasos nos salários e vale alimentação dos vigilantes da empresa RN Segurança

O nosso sindicato está diariamente combatendo o atraso de salário e o descumprimento dos direitos trabalhistas. Para isso vai continuar cobrando das empresas e dos gestores de contratos o merecido respeito. Vamos fortalecer a mobilização para fazer valer nossos direitos.

FONTE: [sindsegur](#)

ALAGOAS

VIGILANTE ASSOCIADO É HOMENAGEADO PELA DIREÇÃO DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO

O Sindicato dos Vigilantes de Alagoas vem por meio deste parabenizar o vigilante associado **Alexandre Ferreira da Silva**, funcionário da empresa NC Vigilância a serviço do Hospital Universitário, por seu compromisso e dedicação no desempenho de suas funções.

Sua competência e comportamento diferenciado foram motivo de reconhecimento pela Direção do Hospital, principalmente em razão de seu elevado espírito público ao atuar no HUPAA. Tal fato muito orgulha e motiva a categoria dos vigilantes em nosso estado ao demonstrar a importância de exercer o ofício com diligência e fomentar a valorização da profissão junto à sociedade alagoana. Parabéns!

Cesta básica aumenta até 34,13% em 12 meses, aponta Dieese

Em agosto, itens básicos da alimentação registraram elevação em 13 das 17 capitais pesquisadas. Como resultado, o brasileiro está comendo mal e menos



Café e açúcar contribuíram com alta da cesta básica, enquanto que arroz e feijão tiveram queda, em função da redução do consumo

O custo médio da cesta básica aumentou no mês passado em 13 das 17 capitais pesquisadas pelo Dieese, de acordo com levantamento divulgado nesta quarta-feira (8). No acumulado do ano, os preços sobem em 14 cidades. Em 12 meses, a cesta subiu em todas, com aumentos que oscilaram entre 11,90%, em Recife, e 34,13%, em Brasília.

Apenas em agosto, as maiores altas foram registradas em Campo Grande (3,48%), Belo Horizonte (2,45%) e Brasília (2,10%). As únicas

quedas foram apuradas em Aracaju (R\$ 456,40) e Salvador (R\$ 485,44). De janeiro a agosto, o preço médio dos alimentos subiu em 16 capitais pesquisadas.

A cesta mais cara foi a de Porto Alegre (R\$ 664,67), seguida pelas de Florianópolis (R\$ 659,00), São Paulo (R\$ 650,50) e Rio de Janeiro (R\$ 634,18). Os menores valores foram registrados em Aracaju (R\$ 456,40) e Salvador (R\$ 485,44).

De acordo com a coordenadora de pesquisas do Dieese, Patrícia Costa, eventos climáticos bruscos, como geadas no Sul e a seca no Sudeste, afetaram a produção de diversos alimentos, contribuindo para a alta de alguns produtos no mês de agosto.

O quilo do café em pó, por exemplo, subiu em 17 capitais, com altas oscilando entre 0,71%, em Recife, e 24,78%, em Vitória. O preço do açúcar também registrou elevação em 16 dos principais centros. Os maiores aumentos ocorreram em Florianópolis (10,54%), Curitiba (9,03%), Belo Horizonte (5,61%) e Recife (5,01%).

A redução nas pastagens, segundo a especialista, também provocou aumento nos preços do leite e derivados. A redução da oferta do produto causou disputa acirrada entre as indústrias de laticínios. As maiores altas do leite foram observadas em Aracaju (5,70%), João Pessoa (2,41%), Salvador (2,20%) e Rio de Janeiro (2,01%). Já a manteiga teve os principais aumentos em Curitiba (4,57%), Salvador (4,20%) e São Paulo (3,04%).

Arroz e feijão em queda

Patrícia também destaca que os preços do arroz e do feijão começam a arrefecer. Isso porque as sucessivas altas no último período começaram a inibir o consumo, em função do empobrecimento das famílias.

O preço do feijão recuou em 13 capitais. O tipo cariquinha registrou queda entre -3,94%, em Campo Grande, e -0,11%, em Fortaleza. No entanto, altas ocorreram em Belo Horizonte (1,41%), São Paulo (0,58%) e Salvador (0,54%). Já o feijão preto diminuiu em Curitiba (-6,93%), Vitória (-3,89%), Florianópolis (-3,10%) e Rio de Janeiro (-2,61%). Já o preço do quilo do arroz

recuou em 13 capitais, com quedas que variaram entre -7,67%, em Aracaju, e -0,54%, em Fortaleza.

“Essa redução se dá principalmente por conta da queda da demanda. O feijão vem num preço muito alto, e a população brasileira busca substitutos. No caso do arroz, a mesma coisa, redução da demanda por causa dos altos níveis de preços. O brasileiro vem comendo menos e comendo mal, buscando substituição. A carne bovina de primeira também registrou queda, por conta da dificuldade que o brasileiro tem em comprar”, disse Patrícia, em entrevista a

Salário mínimo e cesta básica

Com base na cesta mais cara, a de Porto Alegre, o Dieese estima que o salário mínimo necessário, em agosto, deveria ser equivalente a R\$ 5.583,90. O cálculo para uma família de quatro pessoas, com dois adultos e duas crianças. Esse valor fixado pela pesquisa é 5,08 vezes maior que o salário mínimo nacional vigente, de R\$ 1.100,00. Por outro lado, como efeito de comparação, em abril de 2015, o mínimo necessário era 4,13 vezes maior que o valor oficial, o que demonstra a deterioração do poder de compra das famílias nos últimos anos.

“E essa deterioração é crescente”, segundo Patrícia. “Porque não tem perspectivas de resolver a questão da inflação, muito menos a do mercado de trabalho, uma vez que não se vê políticas sendo feitas para que o Brasil possa entrar numa rota de crescimento. Tudo o que se vê são tentativas de flexibilizar cada vez mais os direitos dos trabalhadores”, criticou.

FONTE: RBA

BB entra com Mandado de Segurança para tentar não cumprir decisão judicial que se arrasta desde fevereiro



O Banco do Brasil deu mais uma demonstração de deslealdade com os trabalhadores. Depois de participar da audiência de instrução – realizada em 23/08/2021 –, onde lhe foi concedido prazo para cumprir a tutela de urgência na íntegra, o obrigando a restabelecer a função de caixas para todos os funcionários do Banco do Brasil no país, o BB entrou com Mandado de Segurança contra o ato do juiz no Tribunal Regional do Trabalho 10. O pedido de liminar foi negado pelo Desembargador do TRT da 10ª Região.

A surpresa ficou por conta da postura do banco, que na audiência confirmou, em relação ao descumprimento parcial da liminar, que não compreendeu que a decisão abrangia efetivamente todos os caixas do Banco, sem nenhuma exceção, limitando-se à adoção de medidas de cumprimento às agências que estavam em locais abarcados pela representação territorial da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro

(Contraf-CUT). Ou seja, alegou, involuntário descumprimento da liminar.

Para Renata Cabral, advogada da Contraf-CUT, do escritório Crivelli Advogados, a medida adotada pelo banco é absolutamente incongruente com o que aconteceu em audiência, pois “o banco admitiu que estava descumprindo a liminar parcialmente, se justificou como se o descumprimento fosse involuntário e ainda conseguiu prazo para a implementação da medida. Ora, o Juiz partiu da boa-fé do banco e esclareceu, ainda em audiência, que tanto na primeira decisão de concessão da liminar quanto na decisão que a ratificou, o alvo da tutela de urgência não eram apenas os bancários associados a Sindicatos atrelados à Contraf, mas a todos os caixas bancários em atividade em 11/01/2021, sem qualquer segregação ou limitação”. A advogada acrescenta que “o banco esteve presente em audiência e, inclusive, tratou dos prazos

concedidos para o cumprimento da decisão. Impugnar essa decisão, via Mandado de Segurança, chega a ser deslealdade processual”.

Para coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB), João Fukunaga, é mais uma demonstração da deslealdade da atual gestão do banco. “O Banco do Brasil se comprometeu a pagar as diferenças desde a primeira decisão. Mas, novamente usa desculpas para não pagar os bancários de Bauru e Maranhão, não reconhece esses direitos. Ele foi desleal com a própria postura da audiência.”

Histórico

Em fevereiro, a Contraf-CUT entrou com uma Ação Civil Pública pedindo à Justiça do Trabalho que o Banco do Brasil fosse impedido de extinguir a função e a gratificação dos caixas executivos, previsto no Plano de Reestruturação divulgado em janeiro. O juiz da 6ª Vara do Trabalho de Brasília deferiu a tutela de urgência requerida pela Contraf-CUT, decisão em plena vigência.

No Plano de Reestruturação, a administração do BB determinava que todos os caixas executivos migrassem de suas funções, voltando à função de escriturários. Quando necessário, poderiam atuar como caixas, recebendo a gratificação apenas pelos dias trabalhados nessa função. “O banco, mais uma vez, usa a tática de individualizar uma discussão que é coletiva, que é nacional e técnica, ao querer propor trazer testemunhas para dizer o quanto o banco é generoso ao ofertar vaga, que há um processo seletivo que permite ascensão e que as pessoas sejam realocadas, mesmo nós sabendo que, no fundo, o banco cortou a gratificação de caixa”, observou o coordenador da CEBB.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

“Se olharmos mais ainda, é terrível essa proposta do banco de Reestruturação, uma vez que atinge boa parte dos caixas que estavam em home office. Então, a partir do momento em que a Reestruturação foi imposta, os funcionários estão sem a gratificação de caixa, porque eles não abrem o caixa e não tem perspectiva de promoção. O banco quer esconder essa crueldade e dizer que é supergeneroso, mas nós sabemos que a Reestruturação não teve nada disso”, completa o coordenador da CEBB.

Na decisão em favor da Contraf-CUT, o magistrado Antonio Umberto de Souza Junior destacou que o Banco do Brasil tem o direito de definir o número de empregados em cada função, mas não de “promover tamanha insegurança jurídica e financeira, deixando de ter o caixa interino qualquer noção do que efetivamente receberá pelo mês trabalhado, dependendo do fluxo de clientes e dos humores ou bom senso de seu superior hierárquico”, explicou.

Ainda segundo o juiz, a tutela para suspender a alteração nos contratos de trabalho dos caixas, parte da Reestruturação, foi conferida porque existe Instrução Normativa do banco e norma coletiva, se referindo ao Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2020/2022, conquistado com a mobilização sindical e que garante uma série de proteções aos funcionários do BB. O magistrado ponderou ainda que as soluções para ganhos de eficiência, argumento principal da direção do BB no Plano de Reestruturação, não podem simplesmente menosprezar os aspectos humanos e humanitários, menos ainda os direitos fundamentais sociais como são os direitos trabalhistas.

FONTE: CONTRAF

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF